



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

PORTARIA Nº 15, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020 ⁽¹⁾

Dispõe sobre a criação de Funções Gratificadas de Confiança (FGC) de Chefe do Setor de Sistema de Informação e de Chefe do Setor de Suporte, respectivamente, no âmbito do CFMV e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV, no uso das atribuições lhe conferidas pelo inciso VI, artigo 7º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007;

considerando o disposto nas Resoluções CFMV nºs 1203 e 1204, ambas de 25 de janeiro de 2018;

considerando o disposto na Portaria CFMV nº 45, de 11 de abril de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Criar 02 Funções Gratificadas de Confiança (FGC) de Chefes:

I. 01 (uma) FGC de Chefe do Setor de Sistemas de Informação;

II. 01 (uma) FGC de Chefe do Setor de Suporte.

Art. 2º As FGCs, de que trata o art. 1º, são restritas aos ocupantes de cargo de nível médio do quadro de pessoal do CFMV.

Parágrafo único. As FGCs estão vinculadas ao Departamento de Tecnologia da Informação do CFMV, sendo os chefes designados subordinados à Diretoria do DETIN.

~~Art. 3º O valor da remuneração para cada função será de R\$ 1.000,00 (mil reais).~~

Art. 3º O valor da remuneração para cada função será de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 4º O empregado efetivo designado para o exercício da FGC terá acrescido ao seu salário normal o valor da remuneração correspondente à função gratificada de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. O valor recebido a título de função gratificada não se incorpora ao salário normal do empregado e o direito ao seu recebimento cessa com o ato de dispensa da função.

Art. 5º O empregado efetivo ocupante da FGC deverá trabalhar em regime de dedicação integral ao serviço.

(1) Publicada no DOU, de 11-02-2020, Seção 2, pág. 59

(2) O caput do art. 3º está com nova redação dada pelo art. 1º da Portaria CFMV nº 18, de 25/02/2022, Publicada no DOU de 04/03/2022, Seção 2, pág. 63



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Art. 6º A designação e a dispensa da função gratificada serão formalizadas mediante ato administrativo.

Parágrafo único. A designação de substituto eventual da FGC será formalizada mediante ato administrativo.

Art. 7º O empregado dispensado da função gratificada voltará a exercer somente as atribuições e responsabilidades de seu cargo, passando a perceber o seu salário normal.

Art. 8º **Designar Marcos Hebbert de Carvalho**, matrícula nº 0242, CPF 579.550.501-34, para exercer o cargo de Chefe do Setor de Sistemas de Informação.

Parágrafo único. As atribuições da FGC de Chefe do Setor de Sistema de Informação, sem prejuízo de outras que venham a ser fixada ou que decorram das abaixo exemplificativamente enumeradas são:

- I. organizar, dirigir e coordenar as atividades do desenvolvimento de sistemas;
- II. planejar e elaborar o plano de ação do setor, conjuntamente com o Diretor do Detin;
- III. gerenciar entregas e cronogramas, garantindo a adequada alocação de recursos e metas;
- IV. monitorar o desempenho dos colaboradores do setor;
- V. avaliar a solução a ser implementada, de forma a garantir a padronização no desenvolvimento, utilizando-se de boas práticas de programação;
- VI. especificar juntamente com os desenvolvedores, o processo de desenvolvimento, arquitetura, programas, cenários de testes e aplicativos;
- VII. executar e acompanhar o suporte técnico do Siscad-Web, realizado aos CRMVs, profissionais e sociedade;
- VIII. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria do DETIN, além das demais atribuições definidas no PCCS.

Art. 9º **Designar Rafael Moura da Silva**, matrícula nº 506, CPF 703.070.831-87, para exercer o cargo de Chefe do Setor de Suporte.

Parágrafo único. As atribuições da FGC de Chefe do Setor de Suporte, sem prejuízo de outras que venham a ser fixada ou que decorram das abaixo exemplificativamente enumeradas são:

- I. organizar, dirigir e coordenar as atividades do setor de suporte;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

II. gerenciar entregas e cronogramas, garantindo a adequada alocação de recursos e metas;

III. monitorar o desempenho dos colaboradores do setor;

IV. acompanhar a execução de planos de manutenção, dos equipamentos, dos programas, das redes de computadores e dos sistemas operacionais;

V. elaborar, atualizar e manter a documentação técnica necessária para a operação e manutenção de equipamentos de TI;

VI. executar e controlar o suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, com substituição, configuração e instalação de módulos, partes e componentes;

VII. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria do DETIN, além das demais atribuições definidas no PCCS.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Méd. Vet. Francisco Cavalcanti de Almeida

Presidente do CFMV

CRMV-SP nº 1012



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR

PORTARIA Nº 43, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
NOMEAR o servidor ADRIANO ALVES MAMEDES, Analista Judiciário, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas, símbolo CI-3, com efeitos a contar de 26.2.2020.

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 58, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª, no uso de suas atribuições legais e regimentais resolve:
1. DISPENSAR a servidora MÁRCIA DOS SANTOS QUEIROZ FRANÇA, CEDIDO, com lotação na 2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS, da Função Comissionada de CALCULISTA (225), símbolo FC-4, com efeitos a contar de 26/02/2020.
2. DESIGNAR a referida servidora para exercer a Função Comissionada de ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA (112), símbolo FC-5, com efeitos a contar de 26/02/2020.

FRANCISCO DAS CHAGAS BRANDÃO DA COSTA

PORTARIA Nº 59, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª, no uso de suas atribuições legais e regimentais resolve:
DISPENSAR o servidor ADRIANO ALVES MAMEDES, ANALISTA JUDICIÁRIO, com lotação na 2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS, da Função Comissionada de ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA (112), símbolo FC-5, com efeitos a contar de 26/02/2020.

FRANCISCO DAS CHAGAS BRANDÃO DA COSTA

PORTARIA Nº 60, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª, no uso de suas atribuições legais e regimentais resolve:
DESIGNAR o servidor WASHINGTON LUIZ FERNANDES DO PRADO, ANALISTA JUDICIÁRIO, com lotação na 2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS, para exercer a Função Comissionada de CALCULISTA (225), símbolo FC-4, com efeitos a contar de 26/02/2020.

FRANCISCO DAS CHAGAS BRANDÃO DA COSTA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL**PORTARIA Nº 100, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020**

O Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

Considerando os Princípios da Moralidade e Impessoalidade e demais princípios encartados no art. 37, caput, da Constituição Federal;
Considerando o processo eleitoral para renovação do mandato do colegiado desta Autarquia Federal encontrar-se em curso;

Considerando a previsão legal contida no art. 12 da Lei Federal nº 9.784/99 e, ainda que os atos decisórios do processo eleitoral são concentrados em duas sessões, Sessão Preliminar e Sessão de Eleições que ocorrerão sucessivamente nos dias 11/02/2020 e 12/02/2020, conforme edital de convocação publicado no DOU 02/01/2020 e a da Resolução Coffito 349/2008;

Considerando que o Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, bem como os componentes de sua Diretoria, tem interesse político em razão de serem candidatos ao pleito eleitoral, resolve:

Artigo 1º - Delegar ao Procurador Jurídico do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Dr. Alexandre Amaral de Lima Leal, a presidência da Sessão Preliminar e da Sessão de Eleições do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na forma da Lei Federal nº 6.316/75, Resolução COFFITO nº 349/2008 e Acórdão nº 274/2011.

Parágrafo único - Compete ao Delegado, por força da presente delegação, a prática de todos os atos que dizem respeito à organização, procedimentos e ordem dos trabalhos a serem realizados nas respectivas sessões, visando à plena e legal realização das eleições.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ROBERTO MATTAR CEPEDA

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**PORTARIA Nº 14, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020**

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições lhe conferidas pelo inciso VI, artigo 7º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007; considerando o disposto nas Resoluções CFMV nº 1203 e 1204, de 25 de janeiro de 2018 e suas alterações posteriores; resolve:

Art. 1º Alterar a redação do §1º do artigo 1º da Portaria nº 66/2018 (DOU nº 111, de 12/06/2018, S.2, pg.54) que passa a vigorar com a seguinte redação:
"§1º A remuneração para o exercício do emprego comissionado citado no caput deste artigo será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga o art. Portaria N.º 51, de 17 de maio de 2019.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 15, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições lhe conferidas pelo inciso VI, artigo 7º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007; considerando o disposto nas Resoluções CFMV nºs 1203 e 1204, ambas de 25 de janeiro de 2018; considerando o disposto na Portaria CFMV nº 45, de 11 de abril de 2018; resolve:

Art. 1º Criar 02 Funções Gratificadas de Confiança (FGC) de Chefes: I.01 (uma) FGC de Chefe do Setor de Sistemas de Informação; II.01 (uma) FGC de Chefe do Setor de Suporte.
Art. 2º As FGCs, de que trata o art. 1º, são restritas aos ocupantes de cargo de nível médio do quadro de pessoal do CFMV.

Parágrafo único. As FGCs estão vinculadas ao Departamento de Tecnologia da Informação do CFMV, sendo os chefes designados subordinados à Diretoria do DETIN.
Art. 3º O valor da remuneração para cada função será de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 4º O empregado efetivo designado para o exercício da FGC terá acrescido ao seu salário normal o valor da remuneração correspondente à função gratificada de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. O valor recebido a título de função gratificada não se incorpora ao salário normal do empregado e o direito ao seu recebimento cessa com o ato de dispensa da função.

Art. 5º O empregado efetivo ocupante da FGC deverá trabalhar em regime de dedicação integral ao serviço.

Art. 6º A designação e a dispensa da função gratificada serão formalizadas mediante ato administrativo.

Parágrafo único. A designação de substituto eventual da FGC será formalizada mediante ato administrativo.

Art. 7º O empregado dispensado da função gratificada voltará a exercer somente as atribuições e responsabilidades de seu cargo, passando a perceber o seu salário normal.

Art. 8º Designar Marcos Hebert de Carvalho, matrícula nº 0242, CPF 579.550.501-34, para exercer o cargo de Chefe do Setor de Sistemas de Informação.

Parágrafo único. As atribuições da FGC de Chefe do Setor de Sistema de Informação, sem prejuízo de outras que venham a ser fixada ou que decorram das abaixo exemplificativamente enumeradas são:

i. organizar, dirigir e coordenar as atividades do desenvolvimento de sistemas; ii. planejar e elaborar o plano de ação do setor, conjuntamente com o Diretor do Detin;

iii. gerenciar entregas e cronogramas, garantindo a adequada alocação de recursos e metas;

iv. monitorar o desempenho dos colaboradores do setor;

v. avaliar a solução a ser implementada, de forma a garantir a padronização no desenvolvimento, utilizando-se de boas práticas de programação;

vi. especificar juntamente com os desenvolvedores, o processo de desenvolvimento, arquitetura, programas, cenários de testes e aplicativos;

vii. executar e acompanhar o suporte técnico do SisCad-Web, realizado aos CRMVs, profissionais e sociedade;

viii. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria do DETIN, além das demais atribuições definidas no PCCS.

Art. 9º Designar Rafael Moura da Silva, matrícula nº 506, CPF 703.070.831-87, para exercer o cargo de Chefe do Setor de Suporte.

Parágrafo único. As atribuições da FGC de Chefe do Setor de Suporte, sem prejuízo de outras que venham a ser fixada ou que decorram das abaixo exemplificativamente enumeradas são:

i. organizar, dirigir e coordenar as atividades do setor de suporte;

ii. gerenciar entregas e cronogramas, garantindo a adequada alocação de recursos e metas;

iii. monitorar o desempenho dos colaboradores do setor;

iv. acompanhar a execução de planos de manutenção, dos equipamentos, dos programas, das redes de computadores e dos sistemas operacionais;

v. elaborar, atualizar e manter a documentação técnica necessária para a operação e manutenção de equipamentos de TI;

vi. executar e controlar o suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, com substituição, configuração e instalação de módulos, partes e componentes;

vii. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria do DETIN, além das demais atribuições definidas no PCCS.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 16, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições lhe conferidas pelo inciso VI, artigo 7º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007; considerando o disposto na Portaria CFMV nº 83, de 29 de agosto de 2019; resolve:

Art. 1º Alterar a redação do artigo 2º da Portaria nº 8/2020 (DOU nº 22, de 31/01/2020, S.2, pg.104) que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de fevereiro de 2020. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO**PORTARIA Nº 4, DE 7 DE JANEIRO DE 2020**

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe conferem o artigo 20, incisos I e II, da Resolução CRCES nº 342/2014 (Regimento Interno do CRCES).

CONSIDERANDO o termo do item 18 "Função Gratificada - Chefe Setor", do Plano de Cargos e Salários - PCS, aprovado por intermédio da Resolução CRCES nº 377/2018 e alterada pela Resolução CRCES nº 385/2018 e consolidada pela Resolução nº 399/2019, levando em conta as atribuições da função referida, resolve:

Art. 1º. Designar o funcionário PAULO HENRIQUE AMARAL RODY - Matrícula nº 169, para a função gratificada de Chefe Setor de Contabilidade e respectivamente Responsável Técnico da Contabilidade do CRCES.

Art. 2º A remuneração pelo exercício da função gratificada de que trata esta Portaria será concedida na forma do Anexo III da Resolução CRCES nº 399/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 07 de janeiro de 2020.

CARLA CRISTINA TASSO

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO AMAPÁ**PORTARIA Nº 3, DE 15 DE JANEIRO DE 2020**

O Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Amapá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3.820/60, de 11 de novembro de 1960; Considerando o disposto na Lei 8.666/93 e 10.520/02. resolve:

Artigo 1º - Nomear a empregada MARIA JOSÉ PEREIRA LEÃO, CPF n.º 573.792.622-20, como PREGOEIRA nas licitações promovidas pelo Conselho Regional de Farmácia do Amapá, sob a modalidade de Pregão, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002 e suas alterações, para o ano de 2020.

Artigo 2º - Os membros da Comissão de Licitação, nomeados pela Portaria nº 002/2020, farão parte da equipe de apoio nos certames licitatórios realizados sob a modalidade de pregão.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 003, de 11 de janeiro de 2019.

MARCIO SILVA DE LIMA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA

PORTARIA CPV Nº 142, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR SUBSTITUTO DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEGP nº 01/2019, e tendo em vista o que consta do PROAD Nº 3677/2022, resolve:

Dispensar, a partir de 4 de março de 2022, CARMEN SILVIA DE OLIVEIRA, Servidora Pública Federal, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, removida para este Tribunal, da função comissionada de Assistente FC-02, na Vara do Trabalho de Rancheira, em virtude de retorno ao órgão de origem.

ALEXANDRE ZUPPI BALISTA

PORTARIA CPV Nº 160, DE 3 DE MARÇO DE 2022

O COORDENADOR SUBSTITUTO DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEGP nº 01/2019, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria CPV nº 154, de 25/2/2022, publicada no DOU- Seção 2, em 3/3/2022, página 46, que dispensou a servidora JULIANA DE FÁTIMA MIRANDA SOUZA, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, da função comissionada de Assistente de Juiz FC-05, no Gabinete da Juíza Substituta Danielle Guerra Florentino Lopes.

VITOR DIAS FERNANDES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

ATO TRT/SGH/DG/GP Nº 11, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO, PRESIDENTE DO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no Regimento Interno, Considerando os termos do PROAD n. 912/2022, que trata da vacância de cargo do servidor Mateus Alves de Lima, por motivo de exoneração a pedido; resolve:

Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pelo servidor MATEUS ALVES DE LIMA, por motivo de exoneração a pedido, nos termos do art. 33, inciso I, c/c art. 34, caput, da Lei n. 8.112/90, a contar de 28/02/2022.

PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO

ATO TRT/SGH/DG/GP Nº 20, DE 3 DE MARÇO DE 2022

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO, DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no Regimento Interno, Considerando o contido no Processo TRT n. 5.163/2015, na Resolução Administrativa n. 134/2016, na Resolução Administrativa n. 052/2018 e nos artigos 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90; Considerando o contido na Resolução Administrativa n. 130/2021, que fixou o prazo de validade do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para o dia 14/04/2022; Considerando o ATO TRT/SGH/DG/GP n. 019/2022, que redistribuiu o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do quadro de pessoal permanente deste Tribunal, ocupado pela servidora ANA LUÍZA ANTUNES DE CERQUEIRA, em reciprocidade com o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do quadro de pessoal permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, criado pela Lei 7.729/1989, tornado vago em virtude de vacância por posse em outro cargo inacumulável do servidor José Milton Garrido de Paula Júnior, conforme Portaria 28/2022, publicada no DEJT em 02/02/2022; Considerando o disposto no PROAD n. 1660/2022; resolve:

Nomear a candidata LETICIA FERNANDES LAGROTTA para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Classe A, Padrão 1, do quadro de pessoal permanente deste Tribunal, criado pela Lei 7.729/1989.

PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO

ATO TRT/SGH/DG/GP Nº 21, DE 3 DE MARÇO DE 2022

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO, DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no Regimento Interno, Considerando o contido no Processo TRT n. 5.163/2015, na Resolução Administrativa n. 134/2016, na Resolução Administrativa n. 052/2018 e nos artigos 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90; Considerando o contido na Resolução Administrativa n. 130/2021, que fixou o prazo de validade do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para o dia 14/04/2022; Considerando o ATO TRT/SGH/DG/GP n. 013/2022, que nomeou a candidata ANA PAULA SILVA para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Classe A, Padrão 1, do quadro de pessoal permanente deste Tribunal, criado originalmente pelo Resolução Administrativa TRTS n. 22/1984, publicada no Diário de Justiça do Estado, edição 14 e 15 de abril de 1984, posteriormente transformado em cargo estatutário, nos termos do § 1º do art. 243 da Lei n. 8.112/90; Considerando a apresentação do termo de renúncia à posse da candidata ANA PAULA SILVA no PROAD n. 1471/2022; resolve:

Tornar sem efeito o ATO TRT/SGH/DG/GP n. 013/2022, publicado no Diário Oficial da União, edição n. 35, seção 2, página 50 do dia 18/02/2022.

PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA TRT/CGP Nº 66, DE 3 DE MARÇO DE 2022

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais resolve:

Dispensar a servidora MARISA SAYURI NISHIMURA, TÉCNICA JUDICIÁRIA, com lotação na 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE-MS, da Função Comissionada de CALCULISTA (27), símbolo FC-4, com efeitos a contar da publicação. DISPENSAR a servidora ROSANA MÔNICO NAVARRO CAVALSA, TÉCNICA JUDICIÁRIA, com lotação na 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE-MS, da Função Comissionada de ASSISTENTE (31), símbolo FC-2, bem como DESIGNÁ-LA para ocupar a Função Comissionada de CALCULISTA (27), símbolo FC-4, com efeitos a contar da publicação. DESIGNAR o servidor ROGÉRIO RIVOTTI TOYAMA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, com lotação na 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE-MS, para ocupar a Função Comissionada de ASSISTENTE (31), símbolo FC-2, com efeitos a contar da publicação.

FRANCISCO DAS CHAGAS BRANDÃO DA COSTA

PORTARIA TRT/CGP Nº 68, DE 3 DE MARÇO DE 2022

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais resolve:

Dispensar o servidor SIDNEI PEREIRA AMORIM, ANALISTA JUDICIÁRIO, com lotação no GABINETE DO DESEMBARGADOR ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA, da Função Comissionada de ASSISTENTE DE GABINETE (145), símbolo FC-5, com efeitos a contar de 07/03/2022.

Designar a servidora ELIANA SANDERSON, ANALISTA JUDICIÁRIA, com lotação no GABINETE DO DESEMBARGADOR ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA, para ocupar a Função Comissionada de ASSISTENTE DE GABINETE (145), símbolo FC-5, com efeitos a contar de 07/03/2022.

FRANCISCO DAS CHAGAS BRANDÃO DA COSTA

Entidades de Fiscalização
do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

PORTARIA Nº 16, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei nº 5.517, de 1968, combinado com os incisos VI e XXV, art. 7º do Regimento Interno do CFMV, aprovado pela Resolução nº 856, de 30 de março de 2007, considerando o disposto nas Resoluções CFMV nº 1203 e 1204, de 25 de janeiro de 2018 e suas alterações posteriores; resolve:

Art. 1º Alterar a redação do caput do artigo 1º da Portaria n.º 11/2021 (DOU nº 30, de 12/02/2021, S.2, pg.53) que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Nomear Kelly Cristina Pereira de Moraes, inscrita no CPF nº 698.712.211-34, para o emprego comissionado de Assessora da Presidência do CFMV." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 18, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei nº 5.517, de 1968, combinado com os incisos VI e XXV, art. 7º do Regimento Interno do CFMV, aprovado pela Resolução nº 856, de 30 de março de 2007, considerando o disposto nas Resoluções CFMV nº 1203 e 1204, de 25 de janeiro de 2018 e suas alterações posteriores; resolve:

Art. 1º Alterar a redação do caput do artigo 3º da Portaria n.º 15/2020 (DOU nº 29, de 11/02/2020, S.2, pg.59) que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º O valor da remuneração para cada função será de R\$ 3.000,00 (Três mil reais)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 19, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei nº 5.517, de 1968, combinado com os incisos VI e XXV, art. 7º do Regimento Interno do CFMV, aprovado pela Resolução nº 856, de 30 de março de 2007, considerando o disposto nas Resoluções CFMV nº 1203 e 1204, de 25 de janeiro de 2018 e suas alterações posteriores; resolve:

Art. 1º Alterar a redação do § 2º do artigo 1º da Portaria n.º 37/2016 (DOU nº 196, de 11/10/2016, S.2, pg.50) que passa a vigorar com a seguinte redação: "§2º A remuneração para o exercício do emprego comissionado citado no caput deste artigo será de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)." (NR)

Art. 2º Alterar a redação do § 1º do artigo 1º da Portaria n.º 90/2018 (DOU nº 149, de 03/08/2018, S.2, pg.61) que passa a vigorar com a seguinte redação: "§1º A remuneração para o exercício do emprego comissionado citado no caput deste artigo será de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais)." (NR)

Art. 3º Alterar a redação do § 1º do artigo 1º da Portaria n.º 15/2019 (DOU nº 39, de 25/02/2019, S.2, pg.71) que passa a vigorar com a seguinte redação: "§1º A remuneração para o exercício do emprego comissionado citado no caput deste artigo será de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RTIFICAÇÃO

Na Portaria Cfess nº 5, de 25 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União, nº 42, de 3 de março de 2022, Seção 2, página 47, Onde se lê: Portaria Cfess nº 5, de 25 de fevereiro de 2021, Leia-se: Portaria Cfess nº 5, de 25 de fevereiro de 2022.

